

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Oferta da Petrobrás chega ao Instagram	1
Título: Guedes além da reforma previdenciária	2
VEÍCULO: O Globo	5
Título: Apesar de declarar apoio, Rússia fecha as torneiras	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: GDF venderá a CEB Distribuição	6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decleodt, Fernanda Guimarães

Título: Oferta da Petrobrás chega ao Instagram

Coluna do broadcast

De olho no público de varejo, o prospecto preliminar da oferta subsequente (follow on) da Petrobrás chegou até mesmo ao stories do Instagram, uma função da rede social que permite a publicação de fotos e vídeos. A publicidade, que aparece no perfil dos usuários, é encabeçada pela XP Investimentos, que está no sindicato de instituições financeiras que estruturam a oferta. Não é para

menos: o objetivo é de que até 24% da oferta seja destinada ao varejo. A operação, que marcará a saída da Caixa Econômica Federal da petroleira, será precificada na próxima terça- feira, dia 25. A venda de ações da Petrobrás deve permitir à Caixa devolver ao governo uma nova tranche de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões em instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD) por conta de empréstimos feitos durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff para reforçar o capital dos bancos públicos.

» Como?. O valor é possível uma vez que a Caixa teria cerca de R\$ 1 bilhão em provisões por conta da participação na Petrobrás. Além de vender a fatia em ações ordinárias em uma operação de cerca de R\$ 7 bilhões, o banco público tem se desfeito quase que diariamente dos papéis preferenciais que possui da estatal.

» Musculatura. O Banco do Nordeste (BNB) captou R\$ 800 milhões em letras financeiras subordinadas para compor o capital do banco e, consequentemente, melhorar o índice de Basileia - que indica o quanto a instituição pode conceder em crédito sem comprometer seu capital. As letras financeiras foram distribuídas a um grupo fechado de investidores. O efeito da captação deve aparecer somente no balanço do terceiro trimestre, já que os números do segundo trimestre estão praticamente fechados. Considerando a Basileia do banco em março, de 9,5%, a operação deve contribuir para uma elevação de cerca de 1,5 ponto porcentual no indicador, para 11%.

» Melhor aqui. O banco chegou a estudar uma captação externa de bônus, mas concluiu que conseguiria levantar os recursos a um custo mais baixo localmente. No exterior, o banco liquidou uma emissão de US\$ 300 milhões de bônus de sete anos em maio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/06/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Roberto Macedo

Título: Guedes além da reforma previdenciária

No dia 23 de maio, o ministro da Economia, Paulo Guedes, compareceu à posse do empresário Alfredo Cotait Neto como novo presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), entidade que congrega 420 associações desse tipo.

Perto de 1.600 pessoas compareceram ao evento. Além do empossado, também estavam à mesa que conduziu a solenidade o governador paulista, João Doria, o prefeito paulistano, Bruno Covas, e o empresário Alencar Burti, que até

então era o presidente da Fapesp. Todos discursaram, mas Guedes foi quem mais falou. Creio que se entusiasmou diante de uma plateia amistosa, da qual recebia sucessivos aplausos. Por cerca de 40 minutos, discorreu sobre seus planos à frente do Ministério da Economia, estendendo-se a aspectos que até então eu não havia notado nos três jornais impressos que consulto diariamente. No que se segue, vou me referir a alguns trechos de seu pronunciamento, com pequenas modificações formais, depois de novamente ouvi-lo por uma gravação.

Quanto ao seu tema usual, a tão necessária reforma da Previdência Social (RPS), este foi abordado de olho no seu andamento no Congresso, com Guedes manifestando confiança de que será aprovada até julho. Recentemente, ele criticou o documento do relator do projeto de reforma na comissão que cuida do assunto na Câmara federal, o deputado Samuel Moreira, mas entendo que a desidratação que este fez não comprometeu seriamente o projeto em seu alcance. Tanto é que o mercado financeiro também lamentou as alterações, mas sem mostrar incômodo maior.

Guedes afirmou o seguinte: "Fazendo a reforma da Previdência com economia de R\$ 1 trilhão em dez anos, você tem aí R\$ 100 bilhões por ano, mais ou menos. Acaba o déficit primário, então você devolve um horizonte de 10, 15, 20 anos de mais investimentos e de estabilidade fiscal. Mas não vamos ficar nisso. Vamos, imediatamente, deflagrar nossas medidas de estímulos. Não pudemos declarar antes porque, se você começa a fazer isso sem ter feito reformas antes, é voo de galinha, são tentativas estéreis, curtas que, ali na frente, levam a problemas, inclusive de responsabilidade fiscal, etc."

Passando ao que, então, ouvi de novidades quanto a estímulos previstos, destacarei duas. Primeiro, "a ideia do choque da energia barata, (...) via gás natural, cujo preço no Brasil está a US\$ 12,5 por milhão de BTUs (unidades térmicas britânicas). (...) No Japão e na Europa, que não têm gás natural, custa US\$ 7 ou US\$ 8, e nos EUA, que também têm gás natural como no Brasil, custa US\$ 2,5. Por que no Brasil custa US\$ 12,5?". Aí Guedes se estendeu, referindo-se a este e a outros problemas no passado para dizer que culpado é sempre o governo, "o mesmo bandido".

Guedes deu detalhes adicionais, dizendo que este choque virá da quebra de dois monopólios: o da Petrobrás, do lado da produção de gás natural; e o das distribuidoras estaduais, para estimular o investimento privado e a competição. E mais: o choque de energia barata ajudaria a "reindustrializar" o Brasil e, também, em dois ou três anos reduziria o preço do gás de cozinha à metade do que é hoje, com grande impacto social.

No domingo este jornal publicou reportagem relacionada ao assunto intitulada *Bacia de Sergipe é aposta para baratear gás (16/6, B3)*, assinalando que "a Petrobrás fez em Sergipe sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. De seis campos, espera extrair 20 milhões de m³ por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira". E que, "na avaliação do governo, a conquista pode ajudar a tirar do papel o esperado "choque de energia" barata prometido pelo ministro Paulo Guedes". Com isso, a ideia deste choque chegou ao noticiário que consulto e foi também objeto de editorial deste jornal na terça-feira (18/6).

No caso da reforma tributária, em que se sabe que o governo tem um projeto, ainda não levado ao Congresso, e na Câmara corre outro, de iniciativa dos deputados e que também envolve o ICMS estadual, Paulo Guedes deu a entender que os dois se completariam: "Vamos dar o exemplo, fazer um imposto único federal (...), e aí os Estados, se quiserem, vêm e se acoplam a nós".

Demonstrando confiança no futuro, afirmou que "dois ou três meses à frente todas as expectativas serão revistas para cima, e acho que vamos entrar num círculo virtuoso".

E, quanto à outra novidade, o ministro anunciou que o governo vai lançar um pacto federativo descentralizando receitas para Estados e municípios: "Por um lado, vamos permitir que eles controlem seus gastos desindexando, desvinculando e desobrigando despesas; por outro lado, derramando 70% do dinheiro do pré-sal para Estados e municípios".

Fez, também, referência a projetos em andamento nas várias secretarias de seu ministério, como os de desestatização, de maior competitividade e abertura da economia. E anunciou que, após a reforma previdenciária, terá "uma agenda permanente aqui, em São Paulo, toda quinta-feira. (...) Aí, realmente, o front da batalha sai da Previdência e volta a ser o contato com o setor privado, que é o motor do crescimento".

Minha percepção é de que o ministro Paulo Guedes, tido como o posto Ipiranga do governo na área econômica -pois é lá que tudo se encontra -, tem muito mais o que ofertar do que esta reforma da Previdência Social. Mas este posto se parece mais com um daqueles enormes, que têm várias ilhas de abastecimento, onde seus atendentes hoje estão imobilizados aguardando o que acontece numa delas: a que entregaria a RPS. Os interessados são tantos que congestionaram todo o posto, cercando as demais ilhas, numa situação em que o abastecimento de RPS está na expectativa da decisão de quem também manda no pedaço, o Congresso Nacional.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/06/2019****Seção: O Mundo****Autor:****Título: Apesar de declarar apoio, Rússia fecha as torneiras**

Evidências indicam que, para além dos gestos chamativos, laços econômicos entre Moscou e Caracas estão se desgastando

Quando os EUA sancionaram a indústria venezuelana de energia em janeiro, a empresa russa de petróleo Rosneft ajudou a escoar as exportações de petróleo do país para a Ásia. E, quando os rumores de uma intervenção militar dos EUA chegaram ao auge em março, dois aviões com técnicos militares russos aterrissaram em Caracas — um lembrete de que a Rússia estava ao lado da Venezuela.

No entanto, há evidências crescentes de que, além desses gestos chamativos, mas cujos efeitos no terreno são limitados, os laços econômicos entre a Venezuela e a Rússia estão se desgastando. Bancos russos, exportadores de grãos e até mesmo fabricantes de armas reduziram seus negócios com a Venezuela, afastados pelo próprio colapso econômico que supostamente eles pretendiam combater.

— Os laços econômicos da Rússia com a Venezuela desaceleraram muito — disse Maximilian Hess, do Instituto de Pesquisa de Política Externa, em Londres.
— As políticas de hoje são de custo realmente baixo, mas ganham muita importância geopolítica.

As demonstrações públicas de apoio da Rússia sempre ocorreram em momentos cruciais desde que o líder da oposição, Juan Guaidó, se declarou o presidente interino do país em janeiro, desafiando o poder de Nicolás Maduro e afundando ainda mais o país em uma crise política. O apoio da Rússia ajudou Maduro a sustentar que não estava sozinho, mantendo o apoio crítico dos militares e do seu partido.

Em questões econômicas, contudo, as empresas estatais russas estão protegendo seus interesses e cortando os negócios que fazem com o falido país latino-americano, o que expõe os limites do apoio de Vladimir Putin a um aliado. O governo russo recusou-se a emitir novas linhas de crédito para a Venezuela, a comprometer-se com novos investimentos ou mesmo a aliviar a cobrança da dívida existente para ajudar Maduro na batalha contra a oposição.

Até mesmo o comércio de armas russas com a Venezuela, pedra fundamental das relações econômicas bilaterais, foi atingido. Mas, apesar de limitada, a ajuda econômica da Rússia permitiu a Maduro manter algum fluxo de receita em meio ao aperto das sanções dos EUA. (Do New York Times)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/06/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Viriato

Título: GDF venderá a CEB Distribuição

Os acionistas da Companhia Energética de Brasília (CEB) aprovaram, ontem, a privatização de uma das subsidiárias da empresa pública, a CEB Distribuição, que acumula dívida bilionária. Com a decisão, o próximo passo é a elaboração de estudos e modelagem, que deve ficar sob responsabilidade do Banco de Brasília (BRB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a venda de 51% das ações da distribuidora — 49% permanecerão com o GDF. O Sindicato dos Urbanitários do DF (STIU), que representa funcionários da companhia, promete reagir contra a medida.

De acordo com o governador Ibaneis Rocha (MDB), o processo privatização deve ser concluído até o início de 2020. “Com a decisão, a empresa fica em condições de renegociar dívidas bancárias com fornecedores e debêntures e alinhar todos os contratos para que a gente cumpra as disposições da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)”, explicou. O chefe do Palácio do Buriti lembrou que, antes de levantar a opção de alienação de ações, o alto escalão analisou “todas as possibilidades” para a recuperação da estatal. “Nenhuma dava viabilidade à empresa”, resumiu.

A dívida da CEB Distribuição chega a R\$ 1 bilhão. Conforme informações da distribuidora, o maior volume do débito foi contraído entre 2017 e 2018, com debêntures, em cifras que superam os R\$ 200 milhões. Há, ainda, um rombo relativo a empréstimos contraídos pela linha de crédito de capital de giro para o custeio da subsidiária.

Em busca do equilíbrio financeiro, pelas determinações da Aneel, neste ano, a distribuidora terá de receber aportes de R\$ 426 milhões. Desse total, R\$ 80 milhões serão injetados pelo grupo em junho. O restante, no segundo semestre. No próximo ano, a ideia é de que o sócio privado aplique valor similar no caixa da companhia e inicie a recuperação da capacidade de investimentos.

Na assembleia geral extraordinária de ontem, os donos de 6.845.463 ações votaram a favor da privatização — eles representam 95,29% do capital social da

CEB. Quatro acionistas empregados pela empresa, que detém 444 ações, posicionaram-se contra a iniciativa. Eles chegaram a sugerir a alienação de apenas 49% da empresa, para que o GDF continuasse com o controle da estatal. A ideia, porém, não é vista com bons olhos pela maioria, que acredita que a imposição dificultaria a aproximação de investidores.

Reação

Para evitar a privatização da CEB Distribuição, o STIU recorrerá a duas esferas: jurídica e política. A entidade trabalha em uma petição que deve ser entregue à Justiça nos próximos dias para tentar anular a deliberação dos acionistas. “Sabemos da consequência da privatização de empresas. Temos os exemplos de outras unidades da Federação. As tarifas ficam mais caras, e o serviço piora. Apresentaremos diversos pontos à Justiça, como a inobservância do Decreto nº 39.353, que trata da participação da Procuradoria-Geral do DF nesse tipo de assembleia”, pontuou João Carlos Dias Ferreira, diretor do sindicato.

Os sindicalistas ainda pretendem apelar aos distritais e ao Palácio do Buriti. “A ideia é mostrar como as coisas deram errado em outros locais; conscientizá-los. Na nossa percepção, esse processo precisa passar pela Câmara Legislativa, como prevê a Lei Orgânica”, completou. Apesar das disposições da legislação distrital, entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, neste mês, que o Executivo pode vender estatais subsidiárias sem a aprovação do Legislativo e sem licitação.

MME / ASCOM .